NIPEAS

Volume 3, Nº 1, 2026

SERTÃO, O ESPAÇO DO "OUTRO": TERRITORIALIDADE E RESISTÊNCIAS GUARANI E KAIOWÁ NO NORTE DO PARANÁ[1]

SERTÓN, EL ESPACIO DEL "OTRO": TERRITORIALIDAD Y RESISTENCIAS GUARANI Y KAIOWÁ EN EL NORTE DEL PARANÁ

Patricia Czelusniak[2]

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo investigar a presença da população Guarani e Kaiowá do período colonial até a metade do século XX no Norte paranaense, e demonstrar as modificações ocorridas na territorialidade dessas populações. Desta maneira, esta reflexão tem como suporte de análise a produção bibliográfica do termo sertão e seus desdobramentos no Brasil republicano, a historiografia paranaense sobre a presença da população Guarani e Kaiowá no Norte do Paraná, e os estudos da tríade território-territorialidade-territorialização. Os resultados deste trabalho indicam que, durante a reocupação do sertão no período republicano, se reproduziu o discurso de branqueamento do território, privilegiando a inserção da população branca-eurodescendente no espaço, ao mesmo tempo em que houve expropriações territoriais, desterritorializações, e a negação de direitos territoriais das populações não brancas. Desde o período colonial, a imposição de territorialidades hegemônicas ocasionou mudanças na territorialidade Guarani e Kaiowá, que resistiram às violências e expropriações de seus territórios ancestrais através de conflitos e alianças com indígenas e não indígenas, e das constantes buscas de novas estratégias para recriar sua territorialidade.

Palavras-Chave: Guarani. Kaiowá. Norte do Paraná. Sertão. Territorialidade.

Resumen: El presente estudio tiene como objetivo investigar la presencia de las poblaciones guaraní y kaiowá desde el período colonial hasta medio del siglo XX en el norte de Paraná, y demostrar los cambios ocurridos en la territorialidad de estas poblaciones. De esta manera, esta

[1]Texto apresentado no Simpósio Territórios, Memória, Reexistências e Patrimônio (UFFS), de 23 a 25 de março de 2026. Trata-se de um resumo de alguns dos principais argumentos da dissertação: "Entre o sertão e o vazio demográfico: uma perspectiva decolonial sobre o encobrimento dos Guarani e Kaiowá no Norte do Paraná", defendida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, no ano de 2024, e orientada pelo Prof. Dr. Fernando Vojniak.

[2]Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Paraná. Contato: patriciaccontato@gmail.com.

reflexión se ve respaldada por el análisis de la producción bibliográfica sobre el término sertón y su desarrollo en el Brasil republicano, la historiografía de Paraná sobre la presencia de la población guaraní y kaiowá en el norte de Paraná, y los estudios de la tríada territorio-territorialidad-territorialización. Los resultados de este estudio indican que, durante la reocupación del sertón en el período republicano, se reprodujo el discurso de blanqueamiento del territorio, privilegiando la inserción de la población blanca de ascendencia europea en el espacio, mientras que, simultáneamente, se produjeron expropiaciones territoriales, desterritorializaciones y la negación de los derechos territoriales de las poblaciones no blancas. Desde el período colonial, la imposición de territorialidades hegemónicas ha provocado cambios en la territorialidad de los guaraníes y kaiowá, quienes resistieron la violencia y la expropiación de sus territorios ancestrales mediante conflictos y alianzas con pueblos indígenas y no indígenas, y a través de la búsqueda constante de nuevas estrategias para recrear su territorialidad.

Palabras clave: Guarani. Kaiowá. Norte de Paraná. Sertón. Vacío Demográfico**.**

1. Introdução

A categoria sertão aqui em análise não representa um lugar, uma região específica, mas uma condição atribuída a vários lugares, em que se reproduz um campo simbólico de significados e relações de sentido. Nele, atuam projetos externos que têm por finalidade conferir um discurso valorativo para a exploração e a reocupação desse espaço geo-simbólico [3]. De lugar imaginado durante a colonização no século XVI, ao sentido de brasilidade no século XX, o sertão foi espaço-alvo de projetos que privilegiaram a população branca e excluíam as populações não brancas, que há muito tempo ocupam esse espaço.

A partir do período republicano, houve um movimento de valorização do sertão, de modo que ocorreram projetos de delimitação de fronteiras, saneamento e integração econômica e política nos sertões do país [4]. A partir de então, o pensamento social brasileiro debatia sobre o sertão nos projetos de construção da nacionalidade, principalmente a partir de Euclides da Cunha. Frente a isso, intelectuais como Lima [5] e Moraes [6], defendem a dualidade sertão e litoral como imagens de grande força simbólica, que representam espaços antagônicos (devido as distintas formas de organização social e cultural), mas complementares.

Os grupos étnicos objetos desse trabalho são os Guarani Ñandéva e os Kaiowá, devido à intensa presença na região de estudo e às semelhanças nos padrões culturais e em suas

[3] MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Anna Blume, 2011., p. 101

[4] LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. Revista História, Ciências e Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 5, julho/1998, p. 163-193. _____. Um sertão chamado Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013., p. 163

[5] LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. Revista História, Ciências e Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 5, julho/1998, p. 163-193. _____. Um sertão chamado Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013.

[6] MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Anna Blume, 2011.

respectivas territorialidades. Cavalcante [7], salienta que é comum os dois grupos serem tratados como se fossem um, mas somente os Ñandéva se autodeterminam Guarani, sendo reconhecidos pelos demais indígenas dessa forma. Os Kaiowá somente o fazem como expressão de uma luta comum, pois, apesar das semelhanças com os Ñandéva, há o sentimento de pertencimento étnico de cada grupo, que é inerente a cada um. Desse modo, utilizaremos Guarani Ñandéva, para se referir ao subgrupo Ñandéva, e somente Guarani quando for utilizado em conjunto com os Kaiowá, sendo assim: Guarani e Kaiowá, como foi utilizado no título desse trabalho. Quanto aos Kaiowá, serão referidos como tal. Como houveram muitas generalizações em relação à população Guarani ao longo da historiografia sul-americana, nos casos em que não houver especificação de subgrupo, utilizaremos povos Guarani, grupos Guarani, ou população Guarani.

Uma das semelhanças entre os Guarani e Kaiowá é a noção de território *(tekoha),* que está estritamente relacionada com a cosmologia. De acordo com Ladeira [8], a noção de território, para os grupos Guarani, está vinculada a um espaço geográfico (não delimitado) onde se desenvolvem relações que definem modos de ser, denominados como *teko.* Por sua vez, o *teko* se movimenta no tempo e no espaço do *tekoha,* indicando uma forma particular dos seres se movimentarem na busca constante da perfeição. No entanto, existem muitos *teko,* e sua gradação final possibilita chegar-se ao *teko araguyje,* ou seja, ao modo sagrado de ser, momento no qual se alcançou a perfeição máxima, algo próximo ao modo de ser dos deuses. Nesse sentido, *tekoha* contém uma perspectiva da manutenção do mundo Guarani, sendo imprescindível para a sobrevivência física e cultural desses povos [9].

Ligado à construção do *tekoha,* está o *teko porã,* que é o modo de viver bem em comunidade. Logo, *teko porã* contém pressupostos éticos morais positivos, significando uma busca pelo bem estar e pela plenitude, condição esta, necessária para vivenciar verdadeiramente o mundo Guarani e Kaiowá [10]. O lugar ideal para a formação do *teko porã* é denominada de *Yvy Marã e'ỹ,* traduzida como Terra Sem Mal. Esse espaço indica uma terra de abundância, onde nada tem fim, pois contém elementos que não se esgotam, devido à possibilidade de renovação dos ciclos da natureza. Desse

[7] CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

[8] LADEIRA, Maria Inês. Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Versão online. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2008. [A citação original indicava 2015.]

[9] BENITES, Eliel; RAMOS, Antonio Dari. O caminho Guarani e Kaiowá na busca do jeito sagrado de ser – Oguata teko araguyje rehehápe. Revista Euroamericana de Antropología. Salamanca, n. 4, p. 30-35, 2017.

[10] BARROS, Valéria Esteves Nascimento. Da casa de rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. _____. Mito e história nas narrativas dos Guaranis na Bacia do Paranapanema. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'ýikue. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. _____. A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados., p. 58

modo, é a partir da constituição de um *tekoha* em um lugar buscado ou criado, e do exercício do *teko porã*, que há a possibilidade de acesso à *Yvy Marã e'ỹ* [11]. Logo, *tekoha* não tem nenhuma relação com a propriedade privada. Muito pelo contrário, são as pessoas que pertencem e estão conectadas ao território através da manutenção de seu modo de ser.

O termo território remete ao Império Romano, em que *territorium* indicava um espaço de jurisdição sob o controle de um núcleo urbano. A partir da colonialidade do poder, o conceito de território se consolidou como uma área sobre o qual se exerce a soberania do Estado-nação, e/ou nos limites em que tem validade seu sistema jurídico. Desse modo, essa seria uma leitura hegemônica, de caráter funcional-estatal sobre o território, no sentido de dominação. Em sua origem etimológica, *territorium* também pode ser relacionado à terra, ao espaço material, concreto, num sentido simbólico-afetivo de apropriação [12].

No entanto, Haesbaert [13] salienta que o território deve ser entendido para além dessa conotação, sendo assim, dentro de um conjunto de relações sociais: econômicas, políticas, culturais e socioambientais que estão em constante movimento e mudança. Nesse sentido, o território não é algo anterior ou exterior à sociedade, ele é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele. Da sua derivação direta, ocorre a territorialidade, que diz respeito às relações econômicas e culturais, ou seja, ao modo como as pessoas utilizam o território, como se organizam e dão significado a esse espaço [14]. As territorialidades diferenciam-se entre si de acordo com suas relações de apropriação e/ou dominação do espaço, ou seja, suas territorializações. De acordo com Haesbaert [15], é pelo processo de territorialização que se estabelece uma relação de poder em um determinado espaço. Esse processo é realizado individualmente ou em grupo, e visa a dominação

[11] LADEIRA, Maria Inês. Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Versão online. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2008, p. 194. [A citação original indicava 2015.]

[12] HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. _____. Território. GEOgraphia. Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, dez.2023. _____. Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLACSO, 2021. _____. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007., p. 1

[13] HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. _____. Território. GEOgraphia. Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, dez.2023. _____. Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLACSO, 2021. _____. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

[14] PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Livro: La Guerra Infinita: Hegemonia y Terror Mundial. CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs). Buenos Aires: CLACSO, 2002. _____. De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana. Livro: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.; HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. _____. Território. GEOgraphia. Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, dez.2023. _____. Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLACSO, 2021. _____. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

[15] HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

e apropriação do território, mas varia ao longo do tempo e dos espaços. Nesse sentido, Porto-Gonçalves [16], aponta que estamos mais distantes do território enquanto substância, isto é, constituído somente por recursos naturais e pela demografia, e mais próximos de uma tríade relacional território-territorialidade-territorialização, no qual há o conjunto de relações sociais e de poder sobre o território.

Desde a modernidade/colonialidade, os Estados (espanhol, português e brasileiro) impuseram processos de territorialização nos sertões do país, que eram totalmente alheios às territorialidades indígenas. Nesse contexto, a territorialidade Guarani e Kaiowá não pôde permanecer a mesma que era desde o período pré-colonial, pois os processos de territorialização impostos ocasionaram constantes processos de desterritorialização de seus territórios ancestrais e a territorialização precária em espaços como as reduções jesuíticas, os aldeamentos, os postos indígenas, as reservas indígenas e as terras indígenas [17].

De acordo com Haesbaert [18], a desterritorialização indica dinâmicas de espoliação e/ou expropriação territorial que resultam na perda de controle do espaço, implicando na condução a um novo modo de vida, não necessariamente melhor, em outro território. Como a desterritorialização completa é impossível, segundo o autor, os processos de desterritorialização são sempre interligados a processos de reterritorialização, que indicam a formação de novos territórios.

Nesse sentido, os Guarani e Kaiowá, enquanto os *Outros*[19] encobertos nos processos de colonização no Norte do Paraná, tiveram sua presença evidenciada neste trabalho, na qual, durante várias situações históricas, foram desterritorializados de seus territórios ancestrais, com alteridades invisibilizadas ou desqualificadas pelos modelos hegemônicos de desenvolvimento, e criaram diversas estratégias políticas de resistência e de manutenção de sua territorialidade.

[16] PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. Livro: La Guerra Infinita: Hegemonia y Terror Mundial. CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs). Buenos Aires: CLACSO, 2002.

[17] CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.; MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

[18] _____. Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

[19] Esse termo implica um pensamento, uma prática, um poder e um paradigma desde a diferença e desvia-se das normas dominantes. De acordo com MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. Epistemologias do Sul. Foz do Iguaçu, v. 1, n.1, p.12-32, 2017., o termo está na categoria Anthropos (pessoas negras, homossexuais, indígenas, entre outros) e não passa de uma invenção discursiva no imaginário coletivo. Para DUSSEL, Enrique. Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 1995., são as pessoas que estão fora e distantes do horizonte do mundo hegemônico como: o econômico político; da comunidade de comunicação real eurocêntrica; da eroticidade fálica e castradora da mulher; e do indivíduo que considera a natureza como mediação explorável para a valorização do valor capital.

2. Do termo sertão no período republicano aos domínios territoriais nos espaços do Outro

A abordagem da noção de sertão vai além do espaço geográfico delimitado, cartografado, simbolizando diferentes conjunturas históricas no país, que se intensificaram durante a invenção do Brasil enquanto nação, através da busca por uma homogeneização territorial. Nesse sentido, o encantamento com a imensidão territorial do país ou o seu atordoamento pela existência de enormes vazios fizeram com que a imaginação social se voltasse ao sertão: em alguns momentos como o problema a ser resolvido através de sua povoação; e em outros, como o sinônimo de brasilidade, para que ele descrevesse a invenção discursiva da nação [20].

Com o advento da República, a intelectualidade brasileira procurava novas formas de interpretar a realidade social do país, para construir a identidade de sua população, pois o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, no regime anterior, procurou resgatar uma história para o Brasil delineada pelos interesses da elite dominante, sustentando a ideia de uma sociedade homogênea e branca. Desse modo, através do pensamento social pautado na explicação geográfica do país, a noção de sertão é ressignificada, tornando-se uma categoria essencial para o entendimento de "nação" [21]. Logo, no decorrer desse período, o sertão passa a ser representado como a essência da nacionalidade, e posteriormente, um espaço com possibilidade de desenvolvimento.

Um dos intelectuais que contribuiu para essa análise, foi Euclides da Cunha. Através de sua obra *Os Sertões* [22], o autor trouxe importantes denúncias sobre a Guerra de Canudos (1896-1897), e interpretou a existência do sertão enquanto uma parte esquecida e isolada do país, capaz de surgir em um cenário seco e estio, como em Canudos, além de espaços úmidos como entre os seringais da Amazônia. Assim, o sertão também seria "uma terra sem nome ou história marcada pela articulação lúgubre entre isolamento geográfico, povoamento rarefeito, homens errantes, memória perdida e linguagem dispersa" [23]. Ele também reforçou o sertão como território da barbárie e do isolamento, que resistia ao moderno e estava absorto na tradição, sendo assim, um local de refúgio da selvageria e a ser evitado e temido pelos estranhos que o adentravam.

Ao analisar o sujeito sertanejo, o autor contrariou os darwinistas sociais da época, que compreendiam a mestiçagem como sinônimo de degeneração racial e social, e a utilizavam para explicar o atraso da nação brasileira, e retomou, em *Os Sertões,* a ideia de miscigenação proposta por Spix e Martius, descrevendo a possibilidade de uma nação brasileira mestiça. Ele também

[20] PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. O sertão dilacerado: outras histórias de Deus e o diabo na terra do sol. Lua Nova. São Paulo, n.74, p. 11-34, 2008., p. 15

[21] LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. Revista História, Ciências e Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 5, julho/1998, p. 163-193. _____. Um sertão chamado Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013.; AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, 1995.

[22] CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

[23] STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra, n. 82, p. 133-147, 2008.

chamou a atenção para a responsabilidade política de integração do ser humano ao meio, afirmando que o isolamento do sertanejo era um abandono benéfico, pois o libertou dos vícios de uma vida nos meios adiantados. Mas, ao mesmo tempo, enalteceu a figura do sertanejo como elemento de fundação da nacionalidade. Apesar de considerar que o sertanejo tem um desenvolvimento psíquico lento, também afirmou que tem um tipo físico constituído e forte, com alta capacidade de sobrevivência às adversidades do sertão e potencialidade de ensinar algo às populações do litoral [24]. Dessa forma, o sertanejo mestiço representava a origem da "raça brasileira autêntica e forte", que poderia alcançar a vida civilizada:

> (...) Aquela raça cruzada surge autônoma e, de algum modo, original, transfigurando, pela própria combinação, todos os atributos herdados; de sorte que, despeada afinal da existência selvagem, pode alcançar a vida civilizada por isto mesmo que não a atingiu de repente [25].

Quanto ao litoral brasileiro, Euclides da Cunha descreve como um espaço em desenvolvimento, composta por uma civilização copista de modelos europeus, ou seja, uma civilização supostamente artificial [26]. Segundo o autor, devido ao modo de organização social distinto e as nacionalidades divididas, o sertão e o litoral se estranhavam, desequilibrando o ritmo do desenvolvimento evolutivo e perturbando a unidade nacional: "(...) A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria" [27]. Desta forma, a construção da civilização brasileira só seria possível com a integração entre sertão e litoral: "Através de um projeto nacional que incorporasse efetivamente o interior do país" [28].

Nesse contexto, Lima [29] exemplifica sertão/litoral enquanto parte de um dualismo do espaço nacional: o sertão, sendo o seu lado negativo, o espaço conservador que resiste à modernidade e à civilização, que é autêntico, mas a ser descoberto; e o lado positivo seria o litoral, espaço da modernidade e da civilização, além de sinônimo de inautenticidade, ou seja, região em processo civilizatório baseado em modelos europeus. Ao discorrer sobre a dualidade sertão/litoral, Moraes [30] salienta que o sertão só pode ser definido pela existência de um lugar oposto que não se englobe nessa denominação, que apareça como sua antípoda, ou seja, o *não sertão*, que possuiria características positivas que inexistem no sertão, pois é a partir dessa oposição que o sertão é qualificado enquanto tal. Logo, além de sertão e litoral serem figuras opostas, também são

[24] CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013., p. 113
[25] CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013., p. 114
[26] CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013., p. 208
[27] CUNHA, Euclides da. Os Sertões. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013., p. 521
[28] LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. Revista História, Ciências e Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 5, julho/1998, p. 163-193. _____. Um sertão chamado Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013., p. 121
[29] LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. Revista História, Ciências e Manguinhos. Rio de Janeiro, v. 5, julho/1998, p. 163-193. _____. Um sertão chamado Brasil. São Paulo: Hucitec, 2013.
[30] MORAES, Antonio Carlos Robert. Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Anna Blume, 2011.

complementares. Amado [31], pontua que essa complementariedade reside no fato do sertão ser construído em função do litoral, como num jogo de espelhos, em que uma foi construída em função da outra refletindo-a de forma invertida, de tal forma que sem sua principal referência (o litoral), o sertão esvazia-se de sentido.

No final da década de 1920 e início da década de 1930, o Brasil passava pela crise de 1929, que afetou o país, principalmente em relação à economia cafeeira, e algumas mudanças em seu modelo institucional e político, como o Golpe de 1930. O país ainda era visto como tradicional e atrasado, devido a preponderância da economia rural de exportação, o pouco contingente populacional e os muitos territórios considerados vazios que não se comunicavam entre si. Nesse sentido, durante o governo Vargas (1930 – 1945), houve uma preocupação quanto ao fortalecimento da integração do mercado nacional e a unificação da nação [32]. Desse modo, a industrialização e a consolidação da unidade nacional eram vistas como necessárias, não somente para a modernização e o desenvolvimento econômico do país, mas também para promover a integração econômica e demográfica dos sertões brasileiros com as regiões dinâmicas do país.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, o esboço desse projeto nacional de desenvolvimento ficou mais consistente, pois ocorreu um intenso movimento nacionalista em que o governo defendia a integração da nação e valorizava a criação de um sentido de brasilidade. Desse modo, para ocupar e integrar o território, fez-se necessário expandir as fronteiras agrícolas do país, através de políticas públicas de povoamento e políticas públicas de transporte e comunicação. Nesse período, foi lançada uma política nacional de colonização denominada *Marcha para o Oeste*, cujas finalidades eram: a expansão das fronteiras internas através da colonização dos sertões do Centro Oeste à região amazônica brasileira, a promoção das migrações e o investimento em infraestrutura de transporte e comunicação em áreas estratégicas .

Nesse projeto, os sertões eram considerados pelo Estado como vazios populacionais ou vazios demográficos, além de espaços que ameaçavam a segurança nacional. Logo, seria necessário preencher esses espaços considerados vazios através do incentivo à migração interna, para garantir a soberania do Estado e possibilitar um equilíbrio econômico e político com as demais regiões do país. Logo, o sertão, que anteriormente era considerado um espaço hostil, é então apresentado como um lugar promissor, o sentido de brasilidade. O misticismo foi utilizado novamente para retratar o sertão, mas dessa vez, a construção de mitos e personagens tinha por intuito formar um novo sentimento de nacionalidade. Nesse sentido, os migrantes que participaram da Marcha para o Oeste eram associados aos bandeirantes, como pessoas que estariam

[31] AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, 1995.
[32] OLIVEIRA, Cleverson de. As políticas migratórias dos governos brasileiro e paraguaio – Marcha para Oeste (o caso paranaense) e a Marcha del Este. 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.; GOMES, Angela de Castro. População e Sociedade. Livro: História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 4. Olhando para dentro: 1930-1964. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

construindo o país. A partir de então, a necessidade de reocupação desses espaços foi reafirmada como um dever patriótico com a nação.

Desde o início da utilização do termo sertão, os portugueses já o indicavam como uma área que não era controlada e dominada pelo branco, pelo colonizador. O sertão era essencialmente habitado pelo *Outro:* indígena, quilombola e caboclo*,* racialmente distintos do europeu, ou seja, não brancos, além de considerados racionalmente inferiores e violentos. Restava aos brancos (pioneiros e bandeirantes) desbravar heroicamente esse espaço geo-simbólico, para então levar a civilização. Isso equivaleria negar a presença dessas populações através de discursos que impõem a ideia de vazio demográfico nos sertões. Essa atribuição constrói a invisibilidade de certos atributos desses espaços geo-simbólicos e traz uma justificativa para a sua alteração, para que ocorra a pretensa "ocupação efetiva", propiciada por projetos hegemônicos de desenvolvimento [33]. Desta maneira, mesmo que uma região fosse ocupada por indígenas, como o Norte paranaense, se constituía como um vazio demográfico, como antítese da civilização, pois estava vazia de populações consideradas civilizadas. Nesse contexto, as expropriações de territórios indígenas e o extermínio desses povos eram justificáveis, para que o espaço deixe de ser "vazio", e passe a ser preenchido por populações consideradas civilizadas, que mantém territorialidades dominantes que privilegiam o caráter funcional e mercantil do território.

Ao alegar que esses espaços estavam desocupados, também se empregava a ideia de que havia uma natureza que estava pronta para ser controlada. A concepção de controle da natureza é oriunda da modernidade/colonialidade, momento em que René Descartes propagava que a relação entre a razão e o corpo (ou espírito e natureza) sofreu uma ruptura ontológica. Nesse sentido, a autonomia do conhecimento racional possibilitaria uma posição externa ao corpo e à natureza, fornecendo elementos necessários que possibilitariam a dominação e a investigação da natureza, e, consequentemente, do corpo, através de uma visão mecanicista de mundo [34].

O autor ainda assinala que, de acordo com a perspectiva do estado de natureza e do processo civilizatório que finaliza na Europa, os negros e os indígenas estariam mais próximos da natureza que os brancos. Para que esses povos sejam potencialmente civilizados (de acordo com o modelo de civilização europeu), seus corpos deveriam ser dominados através da escravização, e, através da cristianização, suas almas seriam objetos de salvação. Logo, as populações das Américas foram se configurando a partir da imposição de uma classificação racial/étnica dentro de

[33] FERREIRA, Simone Raquel Batista. Conflitos territoriais e a explicitação das matrizes de racionalidade diferentes: projetos desenvolvimentistas e a emergência de r-existências dos povos e comunidades tradicionais no Espírito Santo. Livro: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017., p. 179

[34] QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. Livro: Epistemologias do Sul. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). São Paulo: Cortez, 2010. _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Livro: Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo (org). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección SurSur, CLACSO, 2005., p. 118

um novo padrão de poder capitalista e eurocêntrico baseado na modernidade/colonialidade. Nesse novo padrão de poder, a ideia de raça legitimou relações de dominação impostas pelos colonizadores: os dominadores/superiores foram adquirindo a identidade de europeus e brancos; e os dominados/inferiores foram associados aos não europeus indígenas, negros e mestiços [35]. Nesse sentido, além da identidade social *índio,* atribuíram-se outras novas identidades: *negros* e *mestiços*; que logo foram associadas a hierarquias, lugares e papéis sociais; em que raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social da população da América Latina, e posteriormente à nível mundial.

A ideologia do branqueamento da população brasileira teve início durante o século XIX e perdurou até os primeiros anos da República, através da adaptação de teorias raciais clássicas à realidade do país, principalmente o darwinismo social[36]. Esse projeto visava a construção de uma história branca e europeia para o Brasil, através da gradativa eliminação da população negra e indígena do país. Dessa forma, o território brasileiro passa a ser pensado na lógica da colonialidade do poder, voltado à sua reocupação pela população branca e europeia [37]. Essa teoria foi utilizada em diversos textos e legislações nacionais para estimular a imigração de brancos europeus (Lei de Terras de 1850) e diminuir a entrada de pessoas negras no Brasil (Lei Eusébio de Queirós).

Entrelaçando o componente racial ao ordenamento do território, Santos [38] propõe pensar o branqueamento da população brasileira como um processo que denomina de *branqueamento do território*. Nesse processo, há a reprodução de privilégios da população branca euro-descendente de um lado; e, de outro, ocorre a expropriação de territórios das populações não brancas, que acabam sendo desterritorializadas para áreas mais precárias.

O autor indica que se pode entender o branqueamento do território a partir de três dimensões, sendo: o *branqueamento da ocupação*, que atua no ordenamento da ocupação do território, através da aniquilação, extermínio, expulsão ou assimilação e embranquecimento de populações não brancas; o *branqueamento da imagem*, que cria narrativas imagéticas de grupos e

[35] QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. Livro: Epistemologias do Sul. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). São Paulo: Cortez, 2010. _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Livro: Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo (org). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección SurSur, CLACSO, 2005., p. 120

[36] BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. Educar. Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

[37] CORRÊA, Gabriel Siqueira; MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas. Branqueamento do território e colonialidade: reflexões a partir da geografia. Revista da ANPEGE. Dourados, v.19, n.38, p. 3-25, 2023.

[38] SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro brasileiro e a luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial. Livro: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

símbolos, impondo a imagem de um grupo sobre o outro; e o *branqueamento cultural*, que normatiza e impõe práticas culturais de um grupo sobre os demais [39].

A dualidade sertão/litoral se insere no contexto do branqueamento do território, pela racialização dos espaços, através da demarcação do sertão como o território da população não branca e o litoral como o território da população branca. Nesse sentido, podemos afirmar que o processo de branqueamento da ocupação ocorreu a partir da formação e manutenção dos aldeamentos, além das tentativas de reocupação dos considerados vazios demográficos nos sertões; na dimensão do branqueamento da imagem se faz presente a narrativa do bandeirante como o pioneiro, herói e desbravador dos sertões; e no branqueamento cultural, a deslegitimação das cosmologias e territorialidades não brancas.

De acordo com Corrêa [40], o branqueamento do território pode ser entendido como um dispositivo de manutenção da colonialidade do poder, pois é uma forma de ordenamento do território com características eurocêntricas e coloniais, que visam o privilégio da população branca euro-descendente. Desse modo, os discursos sobre o branqueamento da população se converteram em práticas territoriais e coloniais sobre o controle do espaço, que permanecem nos processos de territorialização e desterritorialização da população negras e indígenas na atualidade, fazendo com que se perpetue a relação de dominação sobre esses grupos e seus territórios.

3. Guarani e Kaiowá no Norte do Paraná: resistências e diálogos sobre a territorialidade

Desde as primeiras expedições espanholas realizadas na Província de Guairá, durante o século XVI, já havia o reconhecimento de que uma grande quantidade de indígenas dos povos Guarani habitava a região. Em 1541, o explorador espanhol Alvar Núñez Cabeza de Vaca, saiu de Castela, na Espanha, para tomar posse da Província de Paraguai. Ao perpassar o litoral de Santa Catarina até Assunção, teve o acompanhamento de centenas desses povos, conforme avançava nos territórios indígenas ao longo da expedição [41]. Desse modo, Cabeza de Vaca foi o primeiro explorador a indicar uma quantidade razoável dessa população, mesmo que não seja de modo específico [42]. Já Melià [43], apontou que, de acordo com a quantidade de indígenas calculados por administradores, missionários e cronistas, nas duas primeiras décadas do século XVII, havia

[39] SANTOS, Renato Emerson dos. O movimento negro brasileiro e a luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial. Livro: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017., p. 58

[40] CORRÊA, Gabriel Siqueira. Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia. 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

[41] MOTA, Lúcio Tadeu; NOELLI, Francisco Silva. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo (org.). Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999, p. 21-50.

[42] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997, p. 61.

[43] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997.

aproximadamente 1,5 milhão de indígenas do grupo Guarani que habitavam o Guairá. Porém, devido as epidemias que chegaram juntamente com os europeus, e as violências perpetradas aos povos indígenas durante os ciclos de dominação colonial, é provável que essa população tenha sido ainda maior que os dados apontados por Melià [44].

O Guairá, além de ser uma zona de trânsito colonial, em que perpassavam expedições europeias e uma zona de fronteira entre dois impérios, foi um espaço que se desencadeou uma série de relações socioeconômicas. Essas relações ocorreram através de uma dinâmica colonial entre europeus e indígenas, que se alternava entre conflitos, guerras e alianças. Os indígenas do grupo Guarani eram os que mais se aliavam aos espanhóis, seja para combater etnias inimigas ou para conseguir manufaturas europeias, como armas de fogo e artefatos de ferro [45].

Após intensas buscas por recursos minerais na região do Guairá (com o auxílio dos aliados do grupo Guarani), que não tiveram resultado, os espanhóis iniciaram a extração de erva-mate com a exploração da mão de obra indígena, através do sistema de *encomienda*. Nesse sistema, o rei repartia a população indígena aos colonizadores para serem catequizados. Desse modo, os indígenas, como vassalos, deveriam pagar em bens ou dias de trabalho, uma espécie de tributo à Coroa espanhola, por serem cristianizados [46]. Desse modo, a *encomienda* não foi somente uma instituição legalizada de exploração da mão de obra indígena, como também de incorporação dessa população ao sistema colonial, de modo que era uma espécie de incremento à economia colonial, já que eram escassos os recursos minerais naquela província. A intensificação das *encomiendas* ocorreu no final do século XVI e início do século XVII, após os espanhóis encontrarem os abundantes ervais nativos da Serra do Mbaracayú[47], no Paraguai colonial. Muitos dos indígenas encomendados à essa região, eram oriundos dos vales dos rios Tibagi, Piquiri, Cantu, Iniá, Iguaçu e Paraná [48].

Mas as populações indígenas não foram pacíficas diante dessas violações, algumas lideranças Guarani organizaram revoltas contra a dominação colonial. Um desses movimentos de resistência foi liderado pelo cacique Oberá, entre os anos de 1578 e 1579. Oberá dizia ser de origem divina, escolhido para a libertar o seu povo da dominação espanhola. O sinal para tal feito, segundo

[44] NOELLI, Francisco da Silva; TRINDADE, Jane Aparecida. Fontes publicadas para a História do Guairá e das populações indígenas: 1538 - 1650. Cadernos do CEOM. Chapecó, v.18, n.1, p. 301-348, 2003, p. 302.
[45] VILARDAGA, José Carlos. Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII. Revista de Indias. Madrid, v. 79, n. 277, p. 679-695, 2019.; MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. _____. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. Livro: História dos Índios no Brasil. CUNHA, Manuela Carneiro da (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
[46] PICANÇO, Jeferson de Lima; MESQUITA, Maria Jose M. de. O cristal, o ferro, o sal: recursos minerais do antigo Guairá (1557-1632), atual estado do Paraná. Terræ Didática. Campinas, v. 6, n. 2, p. 67-75, 2010.
[47] Atualmente, essa região se localiza entre o Paraguai e o estado de Mato Grosso do Sul.
[48] PICANÇO, Jeferson de Lima; MESQUITA, Maria Jose M. de. O cristal, o ferro, o sal: recursos minerais do antigo Guairá (1557-1632), atual estado do Paraná. Terræ Didática. Campinas, v. 6, n. 2, p. 67-75, 2010.

o cacique, foi um grande cometa que apareceu no céu em 1577, o qual era guardado para ser usado contra os espanhóis. O movimento uniu muitos seguidores nas proximidades de Assunción ao Guairá, atraídos pela sua promessa de liberdade. A revolta iniciou quando os Guarani se recusaram ao trabalho imposto pelos espanhóis, enquanto dançavam e cantavam ininterruptamente durante dias [49]. Assim, a dança e o canto tradicional se constituíam como afirmações da identidade indígena e ferramentas de resistência política frente ao sistema colonial. No entanto, segundo Guevera [50], o movimento foi contido pelo general Juan de Garay, com a colaboração de alguns caciques aliados aos espanhóis e um exército de cento e trinta soldados, resultando em uma luta sangrenta e na derrota dos Guarani que apoiavam Oberá.

Na Província de Guairá, o ciclo jesuítico iniciou de fato a partir de 1610, com a instalação da redução de Nuestra Señora de Loreto e a de San Ignácio, que se localizavam entre o rio Paranapanema e o rio Paraná. A intenção das reduções jesuíticas era reunir indígenas em uma espécie de povoado, no qual seriam transformados de "selvagens" a cristãos civilizados, através da evangelização e dos ensinamentos de práticas sociais, políticas e econômicas ocidentais [51]. Assim como nas *encomiendas*, as reduções também integravam os indígenas ao sistema colonial, pois elas não somente eram, segundo Melià [52], um instrumento de controle social dessas populações, como também uma medida civilizatória, que os tirava de seu modo de ser tradicional, para introduzi-los na cultura colonizadora. Devido às restrições impostas pela doutrina jesuítica ao modo de ser Guarani, algumas lideranças indígenas se opuseram à conversão, chegando a organizar revoltas no Guairá. Personagens presentes nos escritos de Montoya [53], os caciques e pajés Guiraberá e Taubycy utilizaram do discurso mítico para atrair indígenas nas disputas contra os missionários; além de Atiguaye, que organizou uma rebelião para enfrentar os jesuítas.

Após a difícil conversão de muitos indígenas da antiga província indígena de Tayaobá, os missionários queriam converter a liderança Guiraberá, considerado pelos jesuítas um "famoso feiticeiro" e "amigo do diabo". Mas não seria uma tarefa fácil, pois ele possuía uma grande autoridade na região, era temido e respeitado pelos seus, e estava sempre acompanhado de outras lideranças indígenas. Além disso, Guiraberá se autointitulava Deus, incitava os indígenas contra a ação missionária, queria matar o padre Ruiz de Montoya e utilizá-lo em rito antropofágico [54]. Após

[49] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997., p. 36
[50] GUEVARA, José. Historia de la conquista del Paraguay, Río de la Plata y Tucumán. Buenos Aires: E. Ostwald, 1882. 431 p.
[51] MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997., p. 35
[52] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997.
[53] MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
[54] CORTESÃO, Jaime. Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640). Manuscritos da Coleção de Ángelis. Biblioteca Nacional, 1951.

um tempo, Montoya [55] relata que o cacique foi na redução através de um convite realizado pelos missionários, que queriam dialogar com ele. Após ouvir as palavras de Guiraberá, o padre disse que o cacique mostrou-se ouvi-lo de boa vontade, convidando os jesuítas para ir com seu povo à Tayaobá. Ao ser convertido, Guiraberá tornou-se o principal cacique da redução Jesus y Maria, e permitiu a instalação de novas reduções em seu território.

Já Taubycy, foi uma liderança Guarani do vale do Paranapanema, considerado um "feiticeiro diabólico" pelos missionários. Segundo Montoya [56], Taubycy realizava um ritual fechado, em que desmaiava e se contorcia para prever acontecimentos futuros com o auxílio dos "maus espíritos". Os transes e as previsões do futuro aumentavam o prestígio e a confiança da população originária. Em um episódio, o cacique se opôs aos missionários, convocando alguns indígenas para irem em suas terras e faltarem à celebração do dia de *Corpus Christi*. Desse modo, o padre Simão, que havia ordenado que ninguém saísse do povoado até o final da festa, proferiu que Taubycy receberia um castigo divino pela sua falta. Por coincidência (ou não), o cacique foi morto por indígenas inimigos, em vingança à morte de um dos seus [57].

A repressão à poligamia[58], incitou o cacique e pajé Miguel Atiguaye a se rebelar contra os jesuítas. Figura notória de seu tempo, era uma poderosa e respeitada liderança, porém, odiada pelos missionários que também o consideravam "feiticeiro" e "ministro do demônio", por se dizer sacerdote jesuíta e realizar as cerimônias cristãs entre os indígenas, além de viver rodeado de esposas [59]. Como os jesuítas se opunham à poligamia, ordenaram que Atiguaye deixasse suas esposas. Em resposta, o cacique reuniu trezentos soldados Guarani para assassinar os missionários das reduções de Loreto e San Ignácio. Para seguir com sua rebelião, Atiguaye deveria consultar o prestigiado cacique Roque Maracanan, qual negou o apoio, de modo que expulsou ele e seu exército das terras de Maracanan [60]. Quanto ao retorno de San Ignácio, Montoya[61], afirma que Atiguaye se desfez de suas vestimentas de guerra e suplicou perdão e amparo aos padres, de tal forma que seu arrependimento foi aceito, e ele viveu na redução com uma esposa "principal", e fora das reduções, manteve seu relacionamento com outra esposa, até o final de sua vida.

Como pode-se observar, das oposições e revoltas mencionadas até o momento, quase todas tiveram uma estrutura profética, enraizada nas cosmologias da população Guarani. Assim,

[55] MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
[56] MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.
[57] MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997., p. 52
[58] HAUBERT, Maxime. Índios e jesuítas no tempo das missões. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
[59] MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997., p. 60–61
[60] HAUBERT, Maxime. Índios e jesuítas no tempo das missões. São Paulo: Companhia das Letras, 1990., p. 160
[61] MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

de acordo com Melià [62], a luta se dava não somente contra a opressão colonial, mas também pela afirmação da identidade étnica e o desejo de autenticidade indígena. Desse modo, a reação anticolonial dos Guarani "Se manifestaría en la práctica de una especie de contrabautismo y en la vuelta a las tradiciones tribales las más características de la identidad y de la sigularidad guaraní como eran las religiosas" [63].

A partir de 1585, os bandeirantes paulistas iniciaram o apresamento de indígenas no vale do Paranapanema, para serem vendidos e reduzidos à escravidão. Em relação aos demais indígenas, a preferência era por povos Guarani. Segundo Sposito[64], as vantagens de acesso a essa população se devia ao fato dos europeus os consideraram amigáveis, principalmente por realizarem o *cuñazdago*[65] (cunhadismo) entre os colonizadores; pela grande quantidade de grupos Guarani dispersos no sertão guairenho; pela prática da agricultura, coleta e caça, facilmente adaptáveis ao trabalho na lavoura e demais serviços coloniais; e devido ao grande conhecimento da região e de seus recursos naturais. Além disso, o fato de já terem sido explorados através das *encomiendas*, segundo eles, garantia uma qualificação a mais para o trabalho colonial. Todavia, as práticas antropofágicas, as alianças estratégicas, a organização de revoltas durante os ciclos de dominação colonial, entre outros; inviabilizam a suposta passividade e docilidade apontada pelos portugueses e espanhóis em relação aos povos Guarani.

Por mais que as reduções jesuíticas utilizassem ações de repressão ao modo de ser Guarani no espaço geo-simbólico do Guairá, era comum que alguns indígenas fugissem dos bandeirantes (assim como de *encomenderos*), se refugiando nas reduções. Desse modo, contavam com uma certa proteção dos missionários, que eram contra a exploração da mão de obra indígena. No entanto, Gadelha [66] salienta que a defesa dos indígenas frente aos colonos e paulistas, garantiram aos jesuítas o monopólio da mão de obra dos povos Guarani, enquanto trabalhadores livres nas reduções.

Os últimos ataques dos bandeirantes ao Guairá ocorreram entre 1628 a 1631, e foram lideradas por Antônio Raposo Tavares e Manuel Preto. Os assaltos iniciaram nos territórios indígenas, de modo que as aldeias eram cercadas, e os indígenas eram agredidos e ameaçados para seguirem com os bandeirantes à São Paulo. Os ataques seguiam-se às reduções, e até o ano

[62] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997.
[63] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997., p. 39
[64] SPOSITO, Fernanda. Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII. 2012. 342 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.
[65] MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados
[66] GADELHA, Regina Maria A. F. As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas socioeconômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

de 1631, quase todas foram atacadas e destruídas, indicando o fim do ciclo jesuítico no Guairá [67]. As invasões também ocasionaram o massacre, o aprisionamento e o extermínio de milhares de indígenas do povo Guarani. De acordo com Melià [68], a quantidade de indígenas do grupo Guarani aprisionados e introduzidos à São Paulo pelos bandeirantes, remonta a aproximadamente sessenta mil pessoas.

Antes que os bandeirantes chegassem às reduções de Loreto e San Ignácio, os missionários solicitaram o apoio da população de Villa Rica contra os paulistas, que negaram, alegando impotência diante dos ataques. A solução encontrada por Montoya foi abandonar o Guairá, juntamente com missionários, doze mil indígenas do grupo Guarani (entre crianças, jovens, homens e mulheres), e inúmeros objetos religiosos. Em 1631, eles partiram do rio Paranapanema até o rio Paraná, e de lá até as Sete Quedas, através de balsas e canoas. Perto das cataratas, Montoya sugeriu jogar as balsas e canoas, para enganar os bandeirantes. Assim, seguiram caminhando até chegar entre os rios Uruguai e Paraguai, na Argentina, onde já havia reduções jesuíticas. Nessa migração, muitos povos Guarani morreram de fome, sede ou foram vítimas de enfermidades, sobrevivendo apenas quatro mil indígenas. Os sobreviventes ajudaram a fundar as reduções de San Ignácio del Yabebiri e Nuestra Señora de Loreto, na Província de Misiones, Argentina [69].

As informações sobre o que ocorreu com a população Guarani que conseguiu escapar dos bandeirantes e não migrou juntamente com o padre Montoya, ainda são escassas e imprecisas. Melià[70] aponta que esses remanescentes de Guarani[71] foram para a Serra de Mbaracayú, com os *encomenderos*. No entanto, Mota[72], afirma que essa população migrou para o Paraguay e o Mato Grosso do Sul. Já Clastres[73], salienta que, com a expulsão dos jesuítas, os franciscanos continuaram as missões, porém, devido a ataques de colonos, esses indígenas abandonaram as missões e se estabeleceram em aldeias no próprio Guairá, não muito distante das antigas reduções.

Durante a metade do século XIX, o sertão de Tibagi volta a ser explorado, dessa vez através de iniciativas e interesses pessoais, políticos e econômicos do Barão de Antonina. Em 1840,

[67] MONTEIRO, John Manuel. Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. _____. Os Guarani e a História do Brasil Meridional. Livro: História dos Índios no Brasil. CUNHA, Manuela Carneiro da (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992., p. 73

[68] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997.

[69] CARDOZO, Ramón. El Guairá: historia de la antigua província: 1554-1676. Buenos Aires: Librería y Casa Editora Jesús Menéndez, 1938.; MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

[70] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997.

[71] LADEIRA, Maria Inês. Espaço Geográfico Guarani-mbya: significado, constituição e uso. Versão Online. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2008.

[72] MOTA, Lúcio Tadeu. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem, 2008.

[73] CLASTRES, Hélène. Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

o Barão de Antonina apresentou à Corte Imperial um projeto em que seriam criados aldeamentos indígenas ao longo dos rios Tibagi e Paranapanema, tomando como modelo as reduções jesuíticas do Guairá. No contexto da Guerra do Paraguai, os aldeamentos serviriam como apoio estratégico para a comunicação entre as províncias de São Paulo, Paraná e Mato Grosso. O plano foi aprovado, de modo que a catequização e civilização dos indígenas foram realizadas pelos capuchinhos italianos, e as ruínas das missões jesuíticas foram aproveitadas para o estabelecimento dos novos aldeamentos [74]. Mesmo com uma expressiva presença da etnia Kaingang na região, a intenção inicial do barão era reunir os povos Guarani, pois já haviam passado pelas reduções, o que sugere uma certa previsibilidade no resultado dos aldeamentos.

Enquanto alguns indígenas permaneciam aldeados ou agregados aos aldeamentos que surgiram posteriormente, outros se envolviam em conflitos com as frentes colonizadoras no Norte paranaense, demonstrando que não havia passividade em mais outro período de expropriação dos seus territórios. Com o aumento dos conflitos, o Governo do Paraná encerrou, alguns anos após a instauração da República, as atividades dos aldeamentos São Jerônimo e São Pedro de Alcântara. Dessa forma, o governo paranaense desejava realocar os Guarani, os Kaiowá e os Kaingang dessa região para um território menor, na margem esquerda do rio Tibagi, enquanto promovia a colonização na outra margem do rio. Desse modo, os territórios dos antigos aldeamentos eram drasticamente reduzidos e incorporados aos munícipios em expansão [75].

Nesse contexto, os Kaingang que estavam no aldeamento São Pedro de Alcântara e no de São Jerônimo, permaneceram na área que correspondia ao antigo aldeamento São Jerônimo, e receberam terras do Governo do Estado através do Decreto Estadual n° 5/1900, no qual foi estabelecido o Posto Indígena Barão de Antonina. Desse modo, a maioria da população desse P.I. era formado pelos Kaingang. Porém, Novak [76] ressalta que nem todos os Kaingang daquela região se estabeleceram nas terras reservadas pelo governo paranaense, alguns grupos se espalharam ao longo do rio Tibagi, na intenção de retomar a extensão de seus antigos territórios. Porém, em decorrência de chacinas entre alguns Kaingang e à população Guarani livre nessa região, entre 1920 e 1930, a CTNP atuou juntamente com a SPI na pacificação dos Kaingang que se

[74] AMOROSO, Marta Rosa. Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895). 1998. 275 f. Tese (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo., p. 42

[75] NOVAK, Éder da Silva. Entre a catequese e a tutela, do aldeamento à povoação: os indígenas de São Jerônimo – PR (1889-1922). Diálogos. Maringá, v. 21, n. 3, p. 108-125, 2017. _____. Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República (1889-1930). 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá; SPENASSATTO, Josiéli Andréa. Os lados da mistura: desafios da coabitação e dos intercasamentos na Terra Indígena São Jerônimo (PR/Brasil). 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

[76] NOVAK, Éder da Silva. Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República (1889-1930). 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

encontravam livres, através do patrocínio de algumas incursões [77]. Nesse sentido, vê-se claramente a intenção da CTNP em "limpar" as terras de seu domínio para prosseguir com a expansão colonizatória da região, garantindo assim, os títulos de domínio seguros para seus eventuais compradores.

Uma parte da população Guarani Ñandéva remanescente dos aldeamentos se estabeleceu no território do antigo aldeamento São Jerônimo, e a outra parte, na região entre os rios Paranapanema, Cinzas e Laranjinha. Alguns se empregaram em fazendas e sítios próximos a seus *tekoha* [78]. Como vimos anteriormente, os territórios somente foram reservados aos Guarani Ñandéva em 1914, para o estabelecimento do Posto Indígena Pinhalzinho, e em 1920, para a instalação do Posto Indígena Laranjinha. Essas reservas foram realizadas não somente devido às resistências e negociações dessa etnia com o Estado do Paraná, mas principalmente, com o intuito dos Guarani Ñandéva auxiliarem no aldeamento dos Kaingang livres. E através do Decreto 8.941/1911, foi instalado o Posto Indígena Barão de Antonina.

Desse modo, alguns Guarani Ñandéva foram aldeados no P.I. Pinhalzinho, mas muitos não se estabeleciam no território delimitado, locomovendo-se à procura de novas áreas para construir suas moradias. Outros Guarani Ñandéva foram aldeados no P.I. Laranjinha (Krenau), no qual viviam dispersos em fazendas e olarias da região [79]. Como os Kaingang também foram atraídos a esse posto indígena, as duas etnias delimitavam seus espaços através do rio Laranjinha: de um lado do rio estavam os Kaingang, e de outro, os Guarani Ñandéva. Em 1934, ocorreu uma epidemia de febre amarela, e, devido às mortes de muitos Kaingang, que se recusaram a tomar os remédios entregues pelo SPI, o órgão instalou casas próximas ao posto, para realocar os indígenas dessa etnia que sobreviveram à epidemia. Nesse período, ocorreu a doação de um território por uma família que estava explorando a região, em mais uma estratégia de liberação de terras indígenas

[77] SPENASSATTO, Josiéli Andréa. Os lados da mistura: desafios da coabitação e dos intercasamentos na Terra Indígena São Jerônimo (PR/Brasil). 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba., p. 57

[78] BARROS, Valéria Esteves Nascimento. Da casa de rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. _____. Mito e história nas narrativas dos Guaranis na Bacia do Paranapanema. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'ýikue. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. _____. A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados., p. 71

[79] BARROS, Valéria Esteves Nascimento. Da casa de rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. _____. Mito e história nas narrativas dos Guaranis na Bacia do Paranapanema. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'ýikue. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. _____. A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados., p. 32

para a colonização. O território foi destinado a estabelecer os Guarani Ñandéva, mas nem todos saíram do posto, permanecendo na ocupação daquele território [80].

Quanto aos Kaiowá que estavam no aldeamento São Pedro de Alcântara, Novak [81] afirma que se espalharam ao longo rio Tibagi e na bacia do Paranapanema, e se deslocaram aos poucos para o Mato Grosso do Sul. A hipótese deve-se às expropriações de terras indígenas durante a colonização da região, bem como a falta de reserva de áreas indígenas aos Kaiowá. Salienta-se que entre 1915 e 1928, o SPI delimitava reservas para indígenas no Mato Grosso do Sul (duas reservas para aldear os Ñandéva e seis para aldear os Kaiowá), o que demonstra ser bem provável que os Kaiowá buscaram refúgio nessas áreas reservadas até o início da década de 1930.

Alguns trabalhos que discorrem sobre a presença da população Kaiowá no Norte do Paraná, apontam que essa etnia retornou à essa região somente a partir da década de 1990. Barros [82], indica o deslocamento de uma família extensa *(te'yi),* ao P.I. de Laranjinha na década de 1990; Tommasino [83], destaca a presença de indígenas Kaiowá no P.I. Laranjinha e no P.I. Pinhalzinho até o ano de 1995; e Hesse [84], menciona a dispersão de uma parcialidade Kaiowá entre fazendas e olarias da região ao longo do século XX, e o deslocamento de outro grupo que passou a residir em São Jerônimo. Desse modo, até o momento da realização deste trabalho, não foi possível encontrar dados que demonstrem se houve o retorno ou não dos Kaiowá no Norte do Paraná, entre os anos de 1930 e 1990.

Desde o período pré-colonial, a territorialidade Guarani e Kaiowá foi estabelecida a partir da apropriação de determinados espaços de acordo com a sua organização social, sendo esta fundamental para a constituição dos elementos territoriais [85]. Nesse sentido, há um modelo de

[80] FACINA, Patricia Carola. "Nós começamos a viver depois do Posto Velho": trajetórias queconstroem a Retomada de um viver bem entre os Guarani Nhandewa da Tekoa Ywy Porã (Abatiá-PR). 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande., p. 48–49

[81] NOVAK, Éder da Silva. Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República (1889-1930). 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

[82] _____. Mito e história nas narrativas dos Guaranis na Bacia do Paranapanema. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'ýikue. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

[83] TOMMASINO, Kimiye. A história dos Kaingang na bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

[84] HESSE, Roberta de Queiroz. Teorias indígenas da mistura: política, lados e composição da pessoa na Terra Indígena São Jerônimo (Paraná, Brasil). 2022. 248 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

[85] CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

organização socio-territorial defendido por Susnik [86] *apud* Cavalcante [87], que contém três unidades de maior relevância: *te'yi-óga, tekoha e guára.*

A primeira unidade é a *te'yi-óga,* em que *te'yi* se aproxima do conceito de família extensa; e *óga* de habitação comum, ou seja, a *te'yi-óga* significa casas comunais, que abrigam a totalidade do grupo familiar, de modo que representa a unidade social, política, econômica e religiosa do grupo [88]. Cada família extensa possuía uma liderança política, podendo ser o *tamõi* (avô), ou a *jaryi* (avó), ou ambos, em alguns casos, e indicam a figura de cacique; e a espiritual, sendo *ñanderu* quando homem, e *ñandesy* quando mulher, que corresponde a figura de xamã [89]. Desse modo, a liderança espiritual é detentora de todos os saberes e rezas, e a liderança política deve resolver os conflitos sociais e as tomadas de decisão do *tekoha.*

A segunda unidade socio-territorial, é o *tekoha*, no qual *teko* é o modo de ser, e *ha* indica "lugar". Logo, *tekoha* indica um território de cultura e identidade Guarani e Kaiowá, em que há a possibilidade de realização do seu modo de ser [90]. Seu estabelecimento ocorre a partir da associação dos *te'yi*[91], de modo que se constitui como a base política, social e econômica das sociedades Guarani e Kaiowá. Porém, o *tekoha* não se configura como um espaço estático, pois assim como os grupos passam por mudanças ao longo do tempo, no qual seus *te'yi* se constituem, desconstituem ou se reorganizam, o *tekoha* também se reconfigura de acordo com seus ciclos sócio-políticos e religiosos [92].

A terceira unidade é o *guára* (que significa procedente ou morador de)*,* também designado como *tekoha guasu* (território grande)*,* na contemporaneidade. O *guára* indicava um amplo território, que era resultado da soma de vários *tekoha,* interligados social e politicamente através de uma

[86] SUSNIK, Branislava. Los aborígenes del Paraguay. II: Etnohistoria de los Guaraníes: época colonial. Asunción: Museo Etnográfico Andrés Barbero, 1979-1980. apud CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

[87] CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

[88] SCHADEN, Egon. Aspectos fundamentais da cultura Guarani. São Paulo: EDUSP, 1974., p. 25

[89] CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.; MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

[90] MELIÀ, Bartolomeu. El Guarani conquistado y reducido. Asunción: CEADUC, 1997., p. 105

[91] LADEIRA, Maria Inês. Espaço geográfico Guarani-Mbya: significado, constituição e uso. Versão online. São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2008. [A citação original indicava 2015.]

[92] CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

ampla rede de alianças políticas e matrimoniais. Esse espaço normalmente era delimitado por rios ou acidentes geográficos, mas também dependia do contato com outros *guára* vizinhos, no qual havia a possibilidade da ocorrência de inimizades com estes, que poderiam ser da mesma ou de outra etnia [93].

Desse modo, Mota[94], afirma que as redes entre os *te'yi* em um *tekoha,* e as relações deste com um *guára,* se constituem através da alteridade, seja a partir das relações de hostilidade ou aliança com outros povos (indígenas ou não), e das constantes negociações com os deuses, por intermédio do *ñanderu* e/ou da *ñandesy*. Desse modo, é através das relações de alteridade[95] (no qual o outro é identificado através de sua diferença e especificidade), que ocorre o reconhecimento da existência de múltiplas identidades que constroem múltiplas territorialidades, e que os Guarani e Kaiowá se territorializam e reterritorializam.

A imposição de padrões de territorialidade hegemônicos pelos Estados (espanhol, português e brasileiro), conferiu rupturas nos modos como os Guarani e Kaiowá organizavam seus espaços. Anteriormente ao contato com os não indígenas, esses povos já viviam, ao seu modo e em distintos graus de intensidade, em multiterritorialidade com outros povos. Segundo Haesbaert [96], essa noção indica a vivência simultânea de múltiplos territórios em um complexo movimento de territorialização. Desse modo, ocorria, ao mesmo tempo, uma diversidade de territorialidades que

[93] BARROS, Valéria Esteves Nascimento. Da casa de rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. _____. Mito e história nas narrativas dos Guaranis na Bacia do Paranapanema. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'ýikue. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. _____. A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.; MURA, Fábio. À procura do "bom viver": território, tradição, de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá. Rio de janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2019.

[94] MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

[95] MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

[96] HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. _____. Território. GEOgraphia. Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, dez.2023. _____. Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina". Buenos Aires: CLACSO, 2021. _____. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia. Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

eram resultados de múltiplos encontros, nos quais os Guarani e Kaiowá sempre estiveram abertos à alteridade [97]. Porém, na lógica da colonialidade do poder não há abertura para alteridade do *Outro*, o que ocasionou em constantes relações marcadas pela violência e exploração dos corpos indígenas e de seus territórios ancestrais.

Como apontado anteriormente, na Província de Guairá houve três ciclos de dominação colonial: *encomendero*, jesuítico e bandeirante, em que a Coroa portuguesa e a Coroa espanhola disputavam o domínio territorial de espaços já ocupados por indígenas. Desse modo, as primeiras desterritorializações dos Guarani e Kaiowá na região do Norte paranaense, ocasionados pelos não indígenas, ocorreram a partir desses três ciclos de dominação. De acordo com Cury [98], os fatores que contribuíram para a desterritorialização desses povos, foram: os assentamentos agrícolas no sistema de *encomiendas*; o estabelecimento das reduções jesuíticas, que promoveram o aldeamento e a cristianização das populações indígenas; e o apresamento desses povos por bandeirantes, no qual eram levados à Província de São Paulo para serem vendidos na condição de pessoas escravizadas.

A instituição do território como mercadoria a partir da Lei de Terras de 1850, e a falta de definição das terras indígenas, trouxe o avanço de novas frentes de expansão sobre os territórios indígenas, de modo que os Guarani e Kaiowá foram novamente desterritorializados, e muitos se reterritorializaram precariamente nos aldeamentos. Assim, se deparavam com o agrupamento de distintas *te'yis,* e muitas vezes, com etnias distintas e/ou conflitantes, ao passo que seus territórios tradicionais eram liberados para a colonização. Situação semelhante se perpetuou com a ação indigenista do SPI, quando os Guarani e Kaiowá foram deslocados para Postos Indígenas, que eram territórios reservados para algumas etnias indígenas, com confinamento sócio-cultural e geográfico ainda maior. Desse modo, com restritas possibilidades de territorialização, o Estado brasileiro manteve uma política voltada à territorialização precária dessas populações, que, consequentemente, vivenciaram vários problemas como desnutrição, alto índice de suicídio, trabalho em condições precárias ou em condições análogas à escravidão, entre outros [99].

Os processos de territorialização impostos pelos Estados também promoveram o compartilhamento de um território entre povos de diferentes etnias, até então não experimentado

[97] MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, p. 150

[98] CURY, Mauro José Ferreira. Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR). 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

[99] CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis., p. 133

por questões culturais, políticas e sociais próprias. Desse modo, além da desterritorialização dos Guarani e Kaiowá, houve mudanças em suas relações interétnicas com os Kaingang, de modo que ocorreram alterações nos processos de guerras e alianças entre essas etnias [100]. Nesse sentido, os não indígenas se aproveitavam desses conflitos interétnicos, e constantemente articulavam novas formas de aldear os Guarani e Kaiowá, para auxiliar na pacificação dos Kaingang, e consequentemente, ocorrer a liberação gradativa de seus territórios.

As *te'yis* dos Guarani e Kaiowá experimentaram distintas relações entre si e entre outros grupos indígenas, seja nas *encomiendas*, reduções jesuíticas, aldeamentos, postos indígenas ou reservas, pois cada *te'yi* desenvolve um modo de ser que a difere das demais. Desse modo, não havendo uma "boa distância" entre as *te'yis*, seja através das redes matrimoniais, políticas, rituais e cerimoniais (principalmente nos postos indígenas e reservas), há a sobreposição de diferentes *te'yis* em um mesmo espaço delimitado pelo Estado, e a dificuldade de reprodução do correto *teko porã* [101]. Nesse contexto, Mota [102] salienta que os Guarani e Kaiowá entendem que somente nos territórios tradicionalmente ocupados é que há a possibilidade de desenvolver o *teko porã,* pois nas áreas em que foram territorializados pelo Estado, sempre houve relações de conflito, no qual passaram por muitas situações de violências e mortes. Nesse sentido, o *teko porã* está ligado ao viver na sua *tekoha,* de modo que a qualidade de vida depende exclusivamente da qualidade do território.

Dessa forma, Benites [103] salienta que, nos espaços em que os Guarani e Kaiowá são territorializados (precariamente) pelo Estado, como no caso das reservas, a nova reestruturação e hierarquização do espaço faz com que eles lentamente percam seus valores tradicionais, como o *teko porã,* acelerando a desestruturação dos corpos e das famílias, até o ponto de se transformarem em *ãnguéry,* sem valores mínimos de humanidade. Nesse aspecto, Haesbaert [104], afirma que a territorialização precária reflete não somente em problemas de instabilidade socioespacial, como

[100] TOMMASINO, Kimiye. A história dos Kaingang na bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento. 1995. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo., p. 114, 1995

[101] VALIENTE, Celuniel Aquino; PEREIRA, Levi Marques. A produção e reprodução de parentelas Kaiowá em cenário de profundas transformações no ambiente e na sociedade: uma experiência escrita colaborativa. Livro: Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios. Volume I. IORIS, Antônio Augusto Rossoto; PEREIRA, Levi Marques; GOETTERT, Jones Dari (orgs). Curitiba: Appris, 2021.

[102] MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

[103] VALIENTE, Celuniel Aquino; PEREIRA, Levi Marques. A produção e reprodução de parentelas Kaiowá em cenário de profundas transformações no ambiente e na sociedade: uma experiência escrita colaborativa. Livro: Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios. Volume I. IORIS, Antônio Augusto Rossoto; PEREIRA, Levi Marques; GOETTERT, Jones Dari (orgs). Curitiba: Appris, 2021.

[104] HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

gera uma mobilidade sem direção definida ou imobilidade sem controle territorial, e fragiliza os laços simbólicos e funcionais entre grupos e destes com o espaço. Desse modo, estar na reserva, para os indígenas mais antigos, significa: "Um processo constante de desestruturação dos seus valores tradicionais, por causa da incessante busca de implantar nos corpos a estrutura do pensamento e do sentimento dos *karaí*" [105].

Nesse contexto, os Guarani e Kaiowá buscaram e buscam novas estratégias para recriar suas territorialidades, através de novas formas de viver a partir dos referenciais do passado. Desse modo, para retomar um antigo *tekoha* é necessário emergir o passado, mas não o passado dos não indígenas *(karaí),* que são narrados através de livros e documentos, e sim, por meio da oralidade dos indígenas mais velhos, na qual todos os conhecimentos relevantes do passado Guarani e Kaiowá são ensinados e transmitidos. Nesse sentido, é através da oralidade que são descritos os fatos significantes que ocorriam no *guára* ou *tekoha guasu* antigo: desde a chegada dos não indígenas, os conflitos interétnicos, a ocorrência de eventos rituais profanos, de rituais religiosos, entre outros. Dessa forma, são os mais velhos que se tornam o esteio (coluna) que sustenta o processo de reconstrução do território [106].

Portanto, mesmo que não exista a possibilidade de voltar ao passado de um território, os Guarani e Kaiowá demonstram, através de suas estratégias de resistência, a possibilidade de reinventar o passado e reconstruir constantemente o *tekoha,* pois ele é: "uma reinvenção cotidiana movida por práticas cotidianas de resistência e pela esperança do retorno" [107]. Reivindicar um antigo *tekoha*, é reafirmar as identidades étnicas Guarani e Kaiowá em comunhão com parentes, divindades e ancestrais, e retomar a busca pelo *teko araguyje*. É resistir à universalidade do tempo e espaço imposta pela modernidade/colonialidade, e evidenciar que existem outros espaço-tempos e outras territorialidades que foram subalternizadas por modelos hegemônicos de "desenvolvimento", que continuam expropriando e destruindo inúmeros territórios ancestrais.

[105] BARROS, Valéria Esteves Nascimento. Da casa de rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR. 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. _____. Mito e história nas narrativas dos Guaranis na Bacia do Paranapanema. 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. BENITES, Eliel. Oguata Pyahu (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'ýikue. 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande. _____. A Busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados., p. 238

[106] BENITES, Eliel. Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 23, n. 52, p. 19-38, 2020. DOI: 10.47946/rnera.v0i52.7187. [Citado originalmente como 2019.]; BENITES, Eliel. A busca do Teko Araguyje (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá. 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2021.

[107] MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – tekoa – Dourados/MS. 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. _____. Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade. 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, p. 214

4. Considerações finais

O espaço geo-simbólico sertão era considerado, durante o período colonial brasileiro, uma grande área desconhecida e despovoada, o lugar da barbárie, o avesso do moderno, e essencialmente o lugar do *Outro,* do não branco, pois a barbárie indicava a ausência da civilização branca europeia. Desse modo, o sertão foi denominado como um espaço vazio de populações consideradas civilizadas, ou seja, um vazio demográfico. A utilização do termo vazio demográfico como um atributo do sertão, evidenciou o suposto vazio humano dessa área, e justificou, durante os períodos posteriores, a utilização de projetos que visavam a sua alteração, a fim de modernizá-lo e preenchê-lo com a população branca europeia.

Durante o período imperial, houve a consolidação do Estado-Nação brasileiro, e, consequentemente, buscou-se definir uma identidade nacional que unisse a população do país. Porém, a integração dos negros e indígenas foi um emblema, pois eles deveriam ser tirados da barbárie e inseridos no interior da civilização. Nesse sentido, o Estado brasileiro utilizou a política de branqueamento da população para justificar uma inferioridade inata das populações não brancas frente às populações europeias. Desse modo, houve a introdução de políticas populacionais e territoriais que visavam o controle das populações negras e indígenas, e a introdução da população branca europeia no país. Logo, esses povos teriam relações com os brasileiros, e gradativamente, haveria a formação de uma população majoritariamente branca.

Nesse sentido, o branqueamento do território surge enquanto um processo que abrange o conceito de branqueamento da população, através da união da questão racial juntamente com o ordenamento territorial brasileiro. Sendo um dispositivo da colonialidade do poder, em que se privilegia a população branca europeia/eurodescendente para o progresso da nação, o branqueamento do território agiu através das tentativas de territorialização, desterritorialização, negação de direitos territoriais sobre os territórios das populações negras e indígenas, bem como as tentativas de seu apagamento do território brasileiro. No período republicano, o termo sertão foi ressignificado, de modo que foi valorizado através de expedições científicas e projetos que consolidassem a integração dessas regiões ao Estado-Nação. Isso ocorreu com maior intensidade na década de 1930, através da *Marcha para o Oeste,* que visava a colonização e expansão dos sertões brasileiros, para garantir a integração territorial e a soberania nacional. Logo, ao invés de preencher os considerados vazios demográficos com imigrantes, visava-se estimular a migração interestadual aos sertões brasileiros.

A desterritorialização dos Guarani e Kaiowá no Norte do Paraná se iniciou no período colonial, através dos ciclos de dominação colonial: sistema de *encomiendas,* redução jesuítica e bandeirantes. Nota-se que a desterritorialização desses povos foi mais intensa depois dos últimos ataques dos bandeirantes, no qual houve a migração dos Kaiowá para a Província do Mato Grosso e de muitos grupos Guarani para a Argentina, com o padre Montoya. Os Kaiowá retornaram ao Norte do Paraná somente em 1840, quando realizaram uma aliança com a expedição do Barão de

Antonina para se aldearem no arroio do Jataí. Esse retorno foi uma relação política em que os Kaiowá aceitaram o aldeamento em troca de favores do barão e proteção contra inimigos interétnicos, principalmente os Kaingang. Devido à extinção dos aldeamentos e a falta de reserva de terras para essa etnia no início do século XX, nota-se que se fixaram novamente no Mato Grosso do Sul, no qual o SPI estava reservando algumas terras para os Guarani, e outras para os Kaiowá. Desse modo, constata-se que essa etnia somente retornou à região na década de 1990. Mas não há indícios, até o momento do trabalho, de famílias extensas Kaiowá habitando a região no período que compreende os anos de 1930 a 1990.

Quanto aos Guarani Ñandéva, foi demonstrado que entre os séculos XVIII e XIX, muitas famílias extensas dessa etnia migraram do Paraguai e do Mato Grosso do Sul rumo à Terra Sem Mal, e acabaram se fixando entre o interior do Paraná e São Paulo. Desse modo, aproveitaram do que as políticas indigenistas de cada época ofereciam, sem estarem de fato, aldeadas.

O estudo da territorialidade Guarani e Kaiowá possibilitou a compreensão da movimentação dessas etnias em relação aos seus territórios e os processos de territorialização impostas pelos Estados, durante os períodos de colonização do Norte do Paraná. Desse modo, constatou-se que essas populações se territorializam através do respeito às sabedorias ancestrais, das condições em que estão situados na atualidade e do entendimento de um fim do mundo inexorável. É aí que se situam as relações de alteridade Guarani e Kaiowá, no qual, a partir de relações de contato multiterritoriais com indígenas ou não indígenas, ocorrem relações políticas de conflito ou aliança, onde o outro é reconhecido em sua diferença.

Quanto as mudanças na territorialidade Guarani e Kaiowá em comparação com a organização socio-territorial do período pré-colonial, evidencia-se que ocorreram várias alterações devido a imposição de padrões de territorialidade hegemônicos pelos Estados espanhol, português e brasileiro, desde a modernidade/colonialidade. Dessa forma, houve a expropriação ou diminuição expressiva da área de vários *tekoha* no Norte do Paraná; o agrupamento de várias famílias extensas Guarani e Kaiowá em um mesmo território e/ou o confinamento desses indígenas em um determinado espaço com outras etnias, até conflitantes.

Com espaços reduzidos e ambientes propícios a doenças, violências e mortes, seja por conta do avanço da colonização e/ou em decorrência de conflitos interétnicos, houve a dificuldade de desenvolver o correto *teko porã*, e, consequentemente, alcançar o *teko araguyje*, afetando a sobrevivência física e cultural desses povos. Nesse sentido, as territorialidades dominantes, sob a figura do Estado-Nação, não reconhecem as alteridades das populações não brancas, como a dos povos indígenas, pois possuem territorialidades que não privilegiam o caráter funcional e mercantil do território, “atrapalhando” os processos hegemônicos de desenvolvimento, como foi o caso do Norte do Paraná.

Dessa forma, mesmo que não exista a possibilidade de voltar ao passado de um antigo *tekoha,* devido as alterações nele sofridas, os Guarani e Kaiowá resistem às dinâmicas de poder

da sociedade nacional e reconstroem constantemente seus *tekoha* através da reconexão com os guardiões e da sabedoria ancestral, sustentada pelos mais velhos da comunidade, que detém as memórias sobre o antigo *tekoha*.

Referências

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v.8, n.15, p. 145-151, 1995.

AMOROSO, Marta Rosa. **Catequese e Evasão. Etnografia do Aldeamento Indígena São Pedro de Alcântara, Paraná (1855-1895).** 1998. 275 f. Tese (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo.

BARROS, Valéria Esteves Nascimento. **Da casa de rezas à Congregação Cristã no Brasil: o pentecostalismo Guarani na Terra Indígena Laranjinha/PR.** 2003. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

_____. **Mito e história nas narrativas dos Guaranis na Bacia do Paranapanema.** 2011. 304 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

BENITES, Eliel. ***Oguata Pyahu* (Uma Nova Caminhada) no Processo de Desconstrução e Construção da Educação Escolar Indígena da Aldeia Te'ýikue.** 2014. 130 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

_____. **A Busca do *Teko Araguyje* (jeito sagrado de ser) nas retomadas territoriais Guarani e Kaiowá.** 2021. 279 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

BENITES, Eliel; RAMOS, Antonio Dari. O caminho Guarani e Kaiowá na busca do jeito sagrado de ser – *Oguata teko araguyje rehehápe.* **Revista Euroamericana de Antropología.** Salamanca, n. 4, p. 30-35, 2017.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. **Educar.** Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996.

CARDOZO, Ramón. **El Guairá: historia de la antigua província: 1554-1676.** Buenos Aires: Librería y Casa Editora Jesús Menéndez, 1938.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowá em Mato Grosso do Sul.** 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual Paulista, Assis.

CLASTRES, Hélène. **Terra sem mal: o profetismo tupi-guarani.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1978.

CORRÊA, Gabriel Siqueira. **Narrativas raciais como narrativas geográficas: uma leitura do branqueamento do território nos livros didáticos de geografia.** 2013. 261 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

CORRÊA, Gabriel Siqueira; MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fortunato de Freitas. Branqueamento do território e colonialidade: reflexões a partir da geografia. **Revista da ANPEGE.** Dourados, v.19, n.38, p. 3-25, 2023.

CORTESÃO, Jaime. **Jesuítas e bandeirantes no Guairá (1549-1640).** Manuscritos da Coleção de Ángelis. Biblioteca Nacional, 1951.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões.** Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2013.

CURY, Mauro José Ferreira. **Territorialidades transfronteiriças do Iguassu (TTI): interconexões, interdependências e interpenetrações nas cidades da Tríplice Fronteira – Foz do Iguaçu (BR), Ciudad del Leste (PY) e Puerto Iguazú (AR).** 2010. 234 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da Libertação: crítica à ideologia da exclusão.** São Paulo: Paulus, 1995.

FACINA, Patricia Carola. **"Nós começamos a viver depois do Posto Velho": trajetórias queconstroem a Retomada de um viver bem entre os Guarani Nhandewa da Tekoa Ywy Porã (Abatiá-PR).** 2020. 167 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Conflitos territoriais e a explicitação das matrizes de racionalidade diferentes: projetos desenvolvimentistas e a emergência de r-existências dos povos e comunidades tradicionais no Espírito Santo.** Livro: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

GADELHA, Regina Maria A. F. **As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas socioeconômicas coloniais do Paraguai, séculos XVI e XVII.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre: L&PM, 2019.

GOMES, Angela de Castro. **População e Sociedade.** Livro: História do Brasil Nação: 1808-2010. Vol. 4. Olhando para dentro: 1930-1964. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org). Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

HAESBAERT, Rogério**. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. Território. **GEOgraphia**. Niterói, v. 25, n. 55, p. 1-7, dez.2023.

_____. **Território e decolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na "América Latina".** Buenos Aires: CLACSO, 2021.

_____. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**. Niterói, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.

HAUBERT, Maxime. **Índios e jesuítas no tempo das missões.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

HESSE, Roberta de Queiroz. **Teorias indígenas da *mistura*: política, lados e composição da pessoa na Terra Indígena São Jerônimo (Paraná, Brasil).** 2022. 248 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

HOFBAUER, Andreas. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LADEIRA, Maria Inês. **Espaço Geográfico Guarani-mbya: significado, constituição e uso.** ***Versão Online.*** São Paulo: Centro de Trabalho Indigenista – CTI, 2008.
LIMA, Nísia Trindade. Missões civilizatórias da República e interpretação do Brasil. **Revista História, Ciências e Manguinhos.** Rio de Janeiro, v. 5, julho/1998, p. 163-193.

_____. **Um sertão chamado Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2013.

MELIÀ, Bartolomeu. **El Guarani conquistado y reducido.** Asunción: CEADUC, 1997.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. Tradução de Marcos de Jesus Oliveira. **Epistemologias do Sul.** Foz do Iguaçu, v. 1, n.1, p.12-32, 2017.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **Os Guarani e a História do Brasil Meridional.** Livro: História dos Índios no Brasil. CUNHA, Manuela Carneiro da (org). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MONTOYA, Padre Antônio Ruiz de. **Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia.** São Paulo: Anna Blume, 2011.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowá: diferenças geográficas e lutas pela Des-colonização na Reserva Indígena e nos acampamentos – *tekoa* – Dourados/MS.** 2015. 313 f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowá: da territorialização precária na reserva indígena de Dourados à multiterritorialidade.** 2011. 406 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924).** Maringá: Eduem, 2008.

MURA, Fábio. **À procura do "bom viver": território, tradição, de conhecimento e ecologia doméstica entre os Kaiowá.** Rio de janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2019.
NOELLI, Francisco da Silva; TRINDADE, Jane Aparecida. Fontes publicadas para a História do Guairá e das populações indígenas: 1538 - 1650. **Cadernos do CEOM.** Chapecó, v.18, n.1, p. 301-348, 2003.

NOVAK, Éder da Silva. Entre a catequese e a tutela, do aldeamento à povoação: os indígenas de São Jerônimo – PR (1889-1922). **Diálogos.** Maringá, v. 21, n. 3, p. 108-125, 2017.

_____. **Tekoha e Emã: a luta das populações indígenas por seus territórios e a política indigenista no Paraná na Primeira República (1889-1930).** 2006. 207 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Maringá, Maringá

OLIVEIRA, Cleverson de. **As políticas migratórias dos governos brasileiro e paraguaio – Marcha para Oeste (o caso paranaense) e a *Marcha del Este*.** 2013. 124 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para Oeste. **História Revista.** Goiânia, v.2, n.1, p. 113-129, jan./jun. 1997.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. O sertão dilacerado: outras histórias de *Deus e o diabo na terra do sol.* **Lua Nova.** São Paulo, n.74, p. 11-34, 2008.

PERUSSET, Macarena. Dinámicas socio-culturales entre los grupos guaraníes frente a la violencia del régimen de encomenda (siglos XVI-XVII). **Revista Eletrônica da ANPHLAC.** São Paulo, n. 10, p. 1-28, jan./jun. 2011.

PICANÇO, Jeferson de Lima; MESQUITA, Maria Jose M. de. O cristal, o ferro, o sal: recursos minerais do antigo Guairá (1557-1632), atual estado do Paraná. **Terræ Didática.** Campinas, v. 6, n. 2, p. 67-75, 2010.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades.** Livro: La Guerra Infinita: Hegemonia y Terror Mundial. CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (orgs). Buenos Aires: CLACSO, 2002.

_____. **De saberes e de territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** Livro: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** São Paulo: Global, 2015.

SANTOS, Renato Emerson dos. **O movimento negro brasileiro e a luta antirracismo: por uma perspectiva descolonial.** Livro: Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. CRUZ, Valter do Carmo; OLIVEIRA, Denilson Araújo de (orgs). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani.** São Paulo: EDUSP, 1974.

SPENASSATTO, Josiéli Andréa. **Os lados da mistura: desafios da coabitação e dos intercasamentos na Terra Indígena São Jerônimo (PR/Brasil).** 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SPOSITO, Fernanda. **Santos, heróis ou demônios? Sobre as relações entre índios, jesuítas e colonizadores na América Meridional (São Paulo e Paraguai/Rio da Prata, séculos XVI-XVII.** 2012. 342 f. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. A República e o Sertão. Imaginação literária e republicanismo no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais.** Coimbra, n. 82, p. 133-147, 2008.

TOMMASINO, Kimiye. **A história dos Kaingang na bacia do Tibagi: uma sociedade Jê meridional em movimento.** 1995. 351 f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder e classificação social.** Livro: Epistemologias do Sul. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs). São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** Livro: Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. LANDER, Edgardo (org). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Colección SurSur, CLACSO, 2005.

VALIENTE, Celuniel Aquino; PEREIRA, Levi Marques. **A produção e reprodução de parentelas Kaiowá em cenário de profundas transformações no ambiente e na sociedade: uma experiência escrita colaborativa.** Livro: Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios. Volume I. IORIS, Antônio Augusto Rossoto; PEREIRA, Levi Marques; GOETTERT, Jones Dari (orgs). Curitiba: Appris, 2021.

VILARDAGA, José Carlos. Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII. **Revista de Indias**. Madrid, v. 79, n. 277, p. 679-695, 2019.